



# Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do Banco Bradesco BERJ S.A. (BERJ ou Instituição), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2017, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No semestre, o BERJ registrou Lucro Líquido de R\$ 66 milhões, contabilizando um Patrimônio Líquido de R\$ 4.874 milhões e Ativos Totais no montante de R\$ 6.015 milhões. A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 25% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

A Instituição declara, também, em atendimento aos termos do Artigo 11º, do Regulamento Anexo à Resolução nº 4.122/12, do Conselho Monetário Nacional, que as operações da Instituição continuam em fase de adaptação para consecução dos objetivos estratégicos definidos no Plano de Negócios submetido e aprovado pelo Banco Central do Brasil.

Atenciosamente,

Rio de Janeiro, RJ, 26 de julho de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil				
	2017	2016	2017	2016
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>	
<b>CIRCULANTE</b>	<b>3.755.136</b>	<b>2.446.139</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>112.957</b>
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	56	55	OBRIGAÇÕES POR REPASSES NO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	1.318
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	2.968.742	747.411	Outras Instituições	1.318
Aplicações no Mercado Aberto	247.473	382.644	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6c)	1.378
Depósitos Interfinanceiros	2.721.269	364.767	OUTRAS OBRIGAÇÕES	110.261
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>			Sociais e Estatutárias (Nota 16d)	15.768
DERIVATIVOS (Nota 6)	276.821	966.841	Fiscais e Previdenciárias (Nota 15a)	68.623
Carteira Própria	203.955	900.855	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	1.296
Vinculados à Prestação de Garantias	72.866	65.986	Diversas (Nota 15b)	24.574
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	-	1		
Transferências Internas de Recursos	-	1		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	23.733	202.357	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>1.028.617</b>
Empréstimos e Financiamentos	24.467	203.374	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.028.617
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(734)	(1.017)	Fiscais e Previdenciárias (Nota 15a)	140.357
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8)	485.559	524.704	Diversas (Nota 15b)	888.260
Rendas a Receber	1.218	19.373		
Diversos	485.346	505.637	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 16)</b>	<b>4.873.765</b>
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.005)	(308)	Capital:	
OUTROS VALORES E BENS (Nota 9)	225	4.770	- De Domiciliados no País	3.087.000
Outros Valores e Bens	97.245	100.514	Reservas de Lucros	1.785.619
Provisões para Desvalorizações	(97.020)	(95.744)	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.146
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>1.935.242</b>	<b>3.093.754</b>		
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>				
DERIVATIVOS (Nota 6)	172.740	458.685		
Carteira Própria	131.544	413.903		
Moedas de Privatização	41.196	44.782		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	38.502	1.098.571		
Empréstimos e Financiamentos	39.693	1.104.091		
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.191)	(5.520)		
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8)	1.724.000	1.536.498		
Rendas a Receber	14	15		
Diversos	1.726.759	1.539.091		
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.773)	(2.608)		
<b>PERMANENTE</b>	<b>324.961</b>	<b>316.427</b>		
INVESTIMENTOS	324.310	315.601		
Participações em Coligadas e Controladas:				
- No País (Nota 10)	323.976	315.267		
Outros Investimentos	3.174	3.174		
Provisão para Perdas	(2.840)	(2.840)		
IMOBILIZADO DE USO (Nota 11)	404	488		
Outras Imobilizações de Uso	723	723		
Depreciações Acumuladas	(319)	(235)		
INTANGÍVEL (Nota 12)	247	338		
Outros Ativos Intangíveis	565	546		
Amortizações Acumuladas	(318)	(208)		
<b>TOTAL</b>	<b>6.015.339</b>	<b>5.856.320</b>	<b>TOTAL</b>	<b>6.015.339</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2017	2016
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>108.725</b>	<b>311.080</b>
Operações de Crédito	62.956	100.485
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6d)	47.284	210.595
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6d)	(1.515)	-
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>764</b>	<b>14.196</b>
Operações de Captações no Mercado (Nota 13)	5.071	14.187
Operações de Empréstimos e Repasses	12	25
Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.319)	(16)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>107.961</b>	<b>296.884</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(322)</b>	<b>14.741</b>
Despesas de Pessoal (Nota 17)	(11.060)	(7.990)
Outras Despesas Administrativas (Nota 18)	(3.978)	(11.272)
Despesas Tributárias (Nota 19)	(12.746)	(19.405)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 10)	12.128	14.830
Outras Receitas Operacionais (Nota 20)	64.445	91.770
Outras Despesas Operacionais (Nota 21)	(49.111)	(53.192)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>107.639</b>	<b>311.625</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 22)</b>	<b>4.085</b>	<b>8.601</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>111.724</b>	<b>320.226</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 24)</b>	<b>(45.333)</b>	<b>(133.153)</b>
Provisão para Imposto de Renda	(57.773)	(75.429)
Provisão para Contribuição Social	(44.816)	(68.327)
Ativo Fiscal Diferido	57.256	10.603
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>66.391</b>	<b>187.073</b>
Número de ações (Nota 16a)	155.463	155.463
Lucro por ação em R\$	427,05	1.203,33

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2017	2016
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	111.724	320.226
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	117.627	15.787
Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.319)	(16)
Depreciações e Amortizações	97	95
Reversão de Provisão por desvalorização de Ativos	(3.269)	(3.803)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(12.128)	(14.830)
Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	30.492	34.341
Perdas por Impairment de Ativos Financeiros	106.576	-
Outros	178	-
<b>Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>229.351</b>	<b>336.013</b>
<b>Varição de Ativos e Obrigações</b>	<b>16.259</b>	<b>(522.911)</b>
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(1.041.509)	(364.767)
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(3.762)	1.558.764
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras	-	5
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito	1.241.029	12.742
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(25.480)	(51.098)
Aumento/(Redução) de Depósitos Interfinanceiros	-	(1.029.751)
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	6	13
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	1.296	14.284
Impostos Pagos	(155.321)	(683.103)
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais</b>	<b>245.610</b>	<b>(186.898)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:</b>		
(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda	56.259	484.156
Alienação de Investimentos	-	6.025
Dividendos Recebidos de Coligadas e Controladas	212	214
Aquisição de Intangível	(19)	(22)
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos</b>	<b>56.452</b>	<b>490.373</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:</b>		
Dividendos Pagos	(59.458)	-
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento</b>	<b>(59.458)</b>	<b>-</b>
<b>Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>242.604</b>	<b>303.475</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	1.211.381	79.224
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	1.453.985	382.699
<b>Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>242.604</b>	<b>303.475</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados
		Legal	Estatutária	Próprias	Controladas e Coligadas	
<b>Saldos em 31.12.2015...</b>	<b>3.087.000</b>	<b>182.827</b>	<b>1.429.700</b>	<b>(37.774)</b>	<b>(6)</b>	<b>-</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(51.164)	(355)	(51.519)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	187.073
Destinações: - Reservas	-	9.354	133.289	-	-	(142.643)
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(44.430)
<b>Saldos em 30.6.2016....</b>	<b>3.087.000</b>	<b>192.181</b>	<b>1.562.989</b>	<b>(88.938)</b>	<b>(361)</b>	<b>-</b>
<b>Saldos em 31.12.2016...</b>	<b>3.087.000</b>	<b>198.923</b>	<b>1.536.073</b>	<b>(83.559)</b>	<b>(210)</b>	<b>-</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	84.694	221	84.915
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	66.391
Destinações: - Reservas	-	3.320	47.303	-	-	(50.623)
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(15.768)
<b>Saldos em 30.6.2017....</b>	<b>3.087.000</b>	<b>202.243</b>	<b>1.583.376</b>	<b>1.135</b>	<b>11</b>	<b>-</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
<b>1) CONTEXTO OPERACIONAL</b>	O Banco Bradesco BERJ S.A. (BERJ ou Instituição), instituição financeira que tem por objetivo a realização de quaisquer operações bancárias e de prestação de serviços que sejam permitidas pela legislação e regulamentos, pertinentes às instituições de sua espécie, ou autorizadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen), inclusive a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às carteiras autorizadas: carteira de arrendamento mercantil, carteira comercial, carteira de crédito imobiliário (todas as regiões), carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, podendo, igualmente, o Banco participar de outras sociedades. O BERJ é parte integrante da Organização Bradesco e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.
<b>2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b>	As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para fins de contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 26 de julho de 2017.
<b>3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS</b>	
<b>a) Moeda funcional e de apresentação</b>	As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.
<b>b) Apuração do resultado</b>	O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério <i>pro rata</i> dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.
<b>c) Caixa e equivalentes de caixa</b>	Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
<b>d) Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

continua...

...continuação



# Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### e) Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

### f) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não.

As operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição global da Instituição, no sentido de administrar suas posições. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros são considerados como instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com sua natureza em:

- Hedge de risco de mercado:** os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado; e
- Hedge de fluxo de caixa:** os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta destacada no Patrimônio Líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

### g) Operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito, são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	B
de 31 a 60 dias	C
de 61 a 90 dias	D
de 91 a 120 dias	E
de 121 a 150 dias	F
de 151 a 180 dias	G
superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e levam em consideração as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

### h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, e retornará à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em decorrência da alteração da alíquota, a Instituição constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

### i) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

## 6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

### a) Composição da carteira por título e prazos

Títulos	Em 30 de junho - R\$ mil									
	2017					2016				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ contábil (1)	Marcação a mercado	
Títulos públicos	-	-	3.122	110.940	114.062	106.339	7.723	110.769	8.654	
Letras financeiras do tesouro	-	-	3.122	69.744	72.866	72.897	(31)	65.986	(52)	
Moedas de privatização	-	-	-	41.196	41.196	33.442	7.754	44.783	8.706	
Títulos privados	-	132.860	22.877	179.762	335.499	340.053	(4.554)	1.314.757	(153.454)	
Letras financeiras	-	132.860	22.877	48.218	203.955	202.647	1.308	955.348	3.547	
Debêntures	-	-	-	131.544	131.544	137.406	(5.862)	126.076	(157.001)	
Fundos de investimento	-	-	-	-	-	-	-	233.333	-	
<b>Total em 2017</b>	-	<b>132.860</b>	<b>25.999</b>	<b>290.702</b>	<b>449.561</b>	<b>446.392</b>	<b>3.169</b>			
<b>Total em 2016</b>	<b>9.938</b>	<b>425.503</b>	<b>44.181</b>	<b>945.904</b>				<b>1.425.526</b>	<b>(144.800)</b>	

### b) Classificação por categorias e prazos

Títulos	Em 30 de junho - R\$ mil									
	2017					2016				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ contábil (1)	Marcação a mercado	
Títulos para negociação (2):	-	132.860	25.999	117.962	276.821	275.544	1.277	966.841	3.430	
Letras financeiras	-	132.860	22.877	48.218	203.955	202.647	1.308	889.226	3.482	
Letras financeiras do tesouro	-	-	3.122	69.744	72.866	72.897	(31)	65.986	(52)	
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	11.629	-	
Títulos disponíveis para venda (3):	-	-	-	172.740	172.740	170.848	1.892	458.685	(148.230)	
Debêntures	-	-	-	131.544	131.544	137.406	(5.862)	114.447	(157.001)	
Moedas de privatização	-	-	-	41.196	41.196	33.442	7.754	44.783	8.706	
Letras financeiras	-	-	-	-	-	-	-	66.122	65	
Fundos de investimento	-	-	-	-	-	-	-	233.333	-	
<b>Total em 2017</b>	-	<b>132.860</b>	<b>25.999</b>	<b>290.702</b>	<b>449.561</b>	<b>446.392</b>	<b>3.169</b>			
<b>Total em 2016</b>	<b>9.938</b>	<b>425.503</b>	<b>44.181</b>	<b>945.904</b>				<b>1.425.526</b>	<b>(144.800)</b>	

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes;

(2) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e

(3) No semestre findo em 30 de junho de 2017, houve perdas por *impairment*, no valor de R\$ 106.576 mil, relacionados a títulos classificados na categoria disponíveis para venda.

### c) Instrumentos financeiros derivativos

O BERJ participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias. São operações de *swaps* de taxas de juros. A política de gestão de riscos da Organização é fundamentada na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das operações efetuadas pelo Bradesco e empresas controladas.

O valor justo dos *swaps* é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas, principalmente, na B3 (nova denominação da BM&FBOVESPA e da CETIP) e no mercado secundário doméstico e internacional. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo dos *swaps* de moeda, de taxa de juros e *swaps* com outros fatores de risco.

As operações envolvendo contratos de *swaps* são efetuadas pela Administração, no sentido de proteção das exposições globais da Instituição.

continua...

**j) Imobilizado**  
Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano e móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano e sistemas de processamento de dados - de 20% ao ano, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

### k) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

### l) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

### m) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data de balanço, reconhecidos em base *pro rata dia*.

### n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

### o) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata dia*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata dia*).

### p) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

## 4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Disponibilidades em moeda nacional	56	55
<b>Total de disponibilidades (caixa)</b>	<b>56</b>	<b>55</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	247.473	382.644
Aplicações em depósitos interfinanceiros (1)	1.206.456	-
<b>Total caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.453.985</b>	<b>382.699</b>

(1) Referem-se às operações cujo vencimento, na data da efetiva aplicação, foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

## 5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

### a) Composição e prazos

	Em 30 de junho - R\$ mil				
	1 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	2017	2016
	<b>Aplicações no mercado aberto:</b>				
<b>Posição bancada</b>					
- Letras do tesouro nacional	247.473	-	-	247.473	382.644
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>					
- Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	1.206.456	1.514.813	2.721.269	364.767
<b>Total em 2017</b>	<b>247.473</b>	<b>1.206.456</b>	<b>1.515.813</b>	<b>2.968.742</b>	
%	8,3	40,7	51,0	100,0	
<b>Total em 2016</b>	<b>382.644</b>	-	<b>364.767</b>		<b>747.411</b>
%	51,2	-	48,8		100,0

### b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
<b>Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:</b>		
- Rendas de aplicações em operações compromissadas - posição bancada	12.347	12.730
- Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	94.246	21.691
<b>Total (Nota 6d)</b>	<b>106.593</b>	<b>34.421</b>



# Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### I) Valor dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de compensação

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2017		2016	
	Valor global	Valor líquido	Valor global	Valor líquido
<b>Contratos de swap</b>				
Posição passiva:	156.956	-	-	-
- IGP-M	156.956	-	-	-

### III) Contratos de swap - (Notional)

	Em 30 de junho - R\$ mil		
	91 a 180 dias	Total	
	2017	2016	2016
Contratos de swap	156.956	156.956	-
<b>Total em 2017</b>	<b>156.956</b>	<b>156.956</b>	-
<b>Total em 2016</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### II) Composição dos instrumentos financeiros derivativos, demonstrada pelo seu valor de custo atualizado e valor de mercado

	Em 30 de junho - R\$ mil					
	2017			2016		
	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
Ajuste a pagar - swap	1.378	-	1.378	-	-	-
<b>Total do Passivo em 2017</b>	<b>1.378</b>	<b>-</b>	<b>1.378</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total do Passivo em 2016</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### d) Resultados com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	106.593	34.421
Títulos de renda fixa	47.267	176.174
Perdas permanentes	(106.576)	-
<b>Subtotal</b>	<b>47.284</b>	<b>210.595</b>
Resultado de operações com derivativos	(1.515)	-
<b>Total</b>	<b>45.769</b>	<b>210.595</b>

## 7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

### a) Modalidades e prazos

	Em 30 de junho - R\$ mil									
	Curso normal			Parcelas vencidas						
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2017 (A)	%	2016 (A)	%
<b>Operações de crédito</b>										
Empréstimos e títulos descontados	668	1.673	674	3.742	17.710	39.693	64.160	93,9	1.307.465	99,5
Outros créditos (1)	1.022	178	176	535	831	1.417	4.159	6,1	6.430	0,5
<b>Total em 2017</b>	<b>1.690</b>	<b>1.851</b>	<b>850</b>	<b>4.277</b>	<b>18.541</b>	<b>41.110</b>	<b>68.319</b>	<b>100,0</b>	<b>1.313.895</b>	<b>100,0</b>
<b>Total em 2016</b>	<b>14.891</b>	<b>20.147</b>	<b>17.308</b>	<b>49.510</b>	<b>104.640</b>	<b>1.107.399</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.313.895</b>	<b>100,0</b>

	Em 30 de junho - R\$ mil									
	Curso anormal			Parcelas vencidas						
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2017 (B)	%	2016 (B)	%
<b>Operações de crédito</b>										
Outros créditos (1)	34	34	47	131	126	-	372	100,0	252	100,0
<b>Total em 2017</b>	<b>34</b>	<b>34</b>	<b>47</b>	<b>131</b>	<b>126</b>	<b>-</b>	<b>372</b>	<b>100,0</b>	<b>252</b>	<b>100,0</b>
<b>Total em 2016</b>	<b>57</b>	<b>59</b>	<b>49</b>	<b>57</b>	<b>30</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>252</b>	<b>100,0</b>

	Em 30 de junho - R\$ mil													
	Curso anormal			Parcelas vencidas							Total geral (A+B+C)			
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2017 (C)	%	2016 (C)	%	2017	%	2016	%
<b>Operações de crédito</b>														
Empréstimos e títulos descontados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	64.160	92,6	1.307.465	99,4
Outros créditos (1)	29	29	27	90	145	294	614	100,0	840	100,0	5.145	7,4	7.522	0,6
<b>Total em 2017</b>	<b>29</b>	<b>29</b>	<b>27</b>	<b>90</b>	<b>145</b>	<b>294</b>	<b>614</b>	<b>100,0</b>	<b>840</b>	<b>100,0</b>	<b>69.305</b>	<b>100,0</b>	<b>7.522</b>	<b>0,6</b>
<b>Total em 2016</b>	<b>55</b>	<b>57</b>	<b>56</b>	<b>144</b>	<b>196</b>	<b>332</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>840</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.314.987</b>	<b>100,0</b>

(1) Outros créditos compreendem a devedores por compra de valores e bens.

### b) Composição das operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Níveis de risco	Saldo da carteira					Provisão				Provisão mínima requerida %
	Curso normal	Curso anormal		Total	%	Vencidas	Vencidas	Genérica	Total	
AA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A	415	-	-	415	0,6	-	-	2	2	0,5
B	79	-	-	79	0,1	-	-	1	1	1,0
C	67.582	-	-	67.582	97,5	-	-	2.027	2.027	3,0
D	-	9	113	122	0,2	1	11	-	12	10,0
E	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30,0
F	-	3	-	3	-	2	-	-	2	50,0
G	242	14	23	279	0,4	10	16	169	195	70,0
H	-	346	479	825	1,2	346	479	-	825	100,0
<b>Total em 2017</b>	<b>68.318</b>	<b>372</b>	<b>615</b>	<b>69.305</b>	<b>100,0</b>	<b>359</b>	<b>506</b>	<b>2.199</b>	<b>3.064</b>	
<b>Total em 2016</b>	<b>1.313.895</b>	<b>252</b>	<b>840</b>	<b>1.314.987</b>	<b>100,0</b>	<b>110</b>	<b>122</b>	<b>6.702</b>	<b>6.934</b>	

### c) Modalidades e níveis de risco

Operações de crédito	Em 30 de junho - R\$ mil												
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2017 (A)	%	2016 (A)	%
Empréstimos e títulos descontados	-	-	-	64.160	-	-	-	-	-	64.160	92,6	1.307.465	99,4
Outros créditos	-	415	79	3.422	122	-	3	279	825	5.145	7,4	7.522	0,6
<b>Total em 2017</b>	<b>-</b>	<b>415</b>	<b>79</b>	<b>67.582</b>	<b>122</b>	<b>-</b>	<b>3</b>	<b>279</b>	<b>825</b>	<b>69.305</b>	<b>100,0</b>	<b>7.522</b>	<b>0,6</b>
%		0,6	0,1	97,5	0,2			0,4	1,2		100,0		
<b>Total em 2016</b>	<b>300</b>	<b>1.308.231</b>	<b>-</b>	<b>5.573</b>	<b>627</b>	<b>24</b>	<b>152</b>	<b>-</b>	<b>80</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.314.987</b>	<b>100,0</b>
%		99,5		0,4	0,1								100,0

### d) Setor de atividade econômica

Setor privado	Em 30 de junho - R\$ mil				Diversos	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2017	%	2016	%		2017	%	2016	%
<b>Serviços</b>	<b>66.469</b>	<b>95,9</b>	<b>1.310.754</b>	<b>97,7</b>	Títulos e créditos a receber (1)	85.953		184.616	
Atividades imobiliárias e construção	66.469	95,9	1.234.961	93,9	Devedores por depósitos em garantia (2)	1.400.544		1.152.488	
Holding	-	-	75.793	5,8	Impostos e contribuições a compensar	12.995		14.147	
<b>Pessoa física</b>	<b>2.836</b>	<b>4,1</b>	<b>4.233</b>	<b>0,3</b>	Pagamentos a ressarcir (3)	114.134		111.249	
<b>Total</b>	<b>69.305</b>	<b>100,0</b>	<b>1.314.987</b>	<b>100,0</b>	Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 24c)	591.372		572.262	
					Devedores por compra de valores e bens	5.145		7.521	
					Outros	1.962		2.445	
					<b>Subtotal de outros créditos - diversos</b>	<b>2.212.105</b>		<b>2.044.728</b>	
					<b>Provisão para outros créditos</b>				
					Com característica de concessão de crédito	(1.139)		(397)	
					Sem característica de concessão de crédito	(2.639)		(2.517)	
					<b>Subtotal de Provisão para outros créditos</b>	<b>(3.778)</b>		<b>(2.914)</b>	
					<b>Total de outros créditos</b>	<b>2.209.559</b>		<b>2.061.202</b>	

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen.

### f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
<b>Saldo inicial (1)</b>	<b>7.471</b>	<b>8.058</b>
- Provisão específica (2)	422	232
- Provisão genérica (3)	7.049	6.702
Constituição/(Reversão) de provisão	(4.319)	(16)
Baixas para prejuízo	(88)	(1.108)
<b>Saldo final (1)</b>	<b>3.064</b>	<b>6.934</b>
- Provisão específica (2)	865	232
- Provisão genérica (3)	2.199	6.702

(1) Inclui R\$ 1.139 mil (2016 - R\$ 397 mil) de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 8);

(2) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias; e

(3) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e portanto, não enquadradas no item anterior.

A Instituição não teve operações recuperadas e renegociadas nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016.

### 8) OUTROS CRÉDITOS

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
<b>Rendas a receber</b>		
Dividendos e bonificações a receber	59	18.186
Outras rendas a receber	1.173	1.202
<b>Subtotal de rendas a receber</b>	<b>1.232</b>	<b>19.388</b>

### 10) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participação em coligadas e controladas".

Empresas	Em 30 de junho - R\$ mil									
	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital social %	Lucro líquido	Valor contábil		Resultado de equivalência patrimonial	
			Ações	Cotas			2017	2016	2017	2016
Serel Participações em Imóveis S.A. (1)	476.000	2.080.507	1.640	-	11,356734	69.891	232.910	215.067	7.937	9.278
BEC - DTVM Ltda.	28.000	51.431	-	24.199	99,999996	1.458	51.431	48.297	1.458	1.606
Tecnologia Bancária S.A. (1) (4)	-	435.276	338.790	-	9,022183	30.132	39.271	14.004	2.719	-
Marselha Holdings Ltda. (1)	344.800	665.366	-	141	0,054640	26.182	364	379	14	32
Caeté Holdings Ltda. (2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	348
Empresa Brasileira de Soldas Elétricas S.A. - EBSE (3)	-	-	-	-	-	-	-	37.520	-	3.566
<b>Total Geral</b>							<b>323.976</b>	<b>315.267</b>	<b>12.128</b>	<b>14.830</b>

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores;

(2) Investimento alienado por redução de capital desproporcional conforme Instrumento de Alteração do Contrato Social da Caeté Holdings Ltda. de 31.3.2016;

(3) No segundo semestre de 2016 foi registrada perda por impairment para este investimento; e

(4) A partir do segundo semestre de 2016 o investimento passou a ser avaliado pelo método de equivalência patrimonial devido a aquisição do HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo pela organização Bradesco. Para fins de Equivalência Patrimonial foi considerado o Balanço Patrimonial de 31.5.2017.

continua...



# Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 11) IMOBILIZADO DE USO

	Em 30 de junho - R\$ mil				
			Custo líquido de depreciação		
	Taxas	Custo	Depreciação	2017	
<b>Imóveis de Uso:</b>					
Benfeitorias.....	-	-	-	-	360
Instalações, móveis e equipamentos.....	10%	599	(224)	375	75
Sistema de comunicação e processamento de dados.....	20%	124	(95)	29	53
<b>Total em 2017.....</b>		<b>723</b>	<b>(319)</b>	<b>404</b>	
<b>Total em 2016.....</b>		<b>723</b>	<b>(235)</b>	<b>488</b>	

### 12) INTANGÍVEL

	Em 30 de junho - R\$ mil				
			Custo líquido de amortização		
	Taxas	Custo	Amortização	2017	
Software.....	20%	565	318	247	338
<b>Total em 2017.....</b>		<b>565</b>	<b>318</b>	<b>247</b>	
<b>Total em 2016.....</b>		<b>546</b>	<b>(208)</b>	<b>338</b>	

### 13) CAPTAÇÕES

#### a) Depósitos interfinanceiros

Não há depósitos interfinanceiros em 30 de junho de 2017 e 2016, e as despesas de captação somaram R\$ 5.071 mil (2016 - R\$ 14.187 mil).

### 14) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

#### a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

#### b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

#### I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras", em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses.

#### II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem, em curso, processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

#### III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

A principal tese é do PIS e da COFINS no montante de R\$ 742.269 mil (2016 - R\$ 675.574 mil); pleiteia calcular e recolher o PIS e a COFINS sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da LC 70/91, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de Faturamento.

#### IV - Movimentação das provisões constituídas

	Em 30 de junho - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (1)
Saldo no início do 1º semestre de 2017.....	1.582	103.947	741.815
Atualização monetária.....	3	648	31.218
Constituições líquidas de reversões.....	(62)	(6.757)	(1)
<b>Saldo no final do 1º semestre de 2017 (Nota 15)....</b>	<b>1.523</b>	<b>97.838</b>	<b>773.032</b>
<b>Saldo no final do 1º semestre de 2016 (Nota 15)....</b>	<b>2.049</b>	<b>97.992</b>	<b>706.115</b>

(1) Compreende, substancialmente obrigações legais.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

#### c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são os seguintes: a) de Autuação de IRPJ e CSLL relativos aos anos-bases de 2007 a 2010, lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no valor total de R\$ 590.405 mil (2016 - R\$ 451.322 mil); e b) Autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), no montante de R\$ 258.886 mil.

Entretanto, em consequência das regras definidas para fins de privatização do BERJ, conforme cláusula 7.2.1.2 do Edital de Venda das Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. - em Liquidação, o Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de alienante das ações, responde perante este BERJ e o Bradesco (Novo Controlador), sem direito de regresso, por todas as contingências, inclusive fiscais, trabalhistas, previdenciárias, cíveis, comerciais e administrativas, decorrentes de atos e fatos ocorridos até a data da privatização e que forem reclamados contra o BERJ, o Novo Controlador, ou seus sucessores, salvo se referidas contingências estiverem suficientemente provisionadas no balanço de fechamento de 3 de novembro de 2011, ou seja, se tais provisões forem suficientes para suportar os futuros e respectivos pagamentos destas contingências.

### 15) OUTRAS OBRIGAÇÕES

#### a) Fiscais e previdenciárias

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar.....	66.818	101.745
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 24c).....	133.588	104.286
Impostos e contribuições a recolher.....	8.574	10.537
<b>Total.....</b>	<b>208.980</b>	<b>216.568</b>

#### b) Diversas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Provisões fiscais (Nota 14b) (2).....	773.032	706.115
Provisões cíveis e trabalhistas (Nota 14b).....	99.361	100.041
Outras obrigações (1).....	29.198	28.151
Provisão para outras contingências.....	5.622	-
Diversas.....	5.621	5.568
<b>Total.....</b>	<b>912.834</b>	<b>839.875</b>

(1) Inclui: (i) Montante a devolver ao Estado do Rio de Janeiro, de R\$ 12.303 mil (2016 - R\$ 11.206 mil), decorrente de obrigações contidas no Edital de Venda do BERJ; e (ii) Montantes devidos aos diversos credores habilitados durante o regime de liquidação deste Banco de R\$ 8.501 mil (2016 - R\$ 8.370 mil); e

(2) Conforme Carta - Circular nº 3.782/16 do Bacen, a rubrica "Provisões para Riscos Fiscais" foi reclassificada de "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias" para "Outras Obrigações - Diversas".

### 16) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 3.087.000 mil (2016 - R\$ 3.087.000 mil), totalmente subscrito e integralizado, é dividido em 155.463 ações ordinárias (2016 - 155.463 ações ordinárias).

#### b) Composição do capital social

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	Quantidade de ações		R\$ mil	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial.....	155.463	155.463	3.087.000	3.087.000
Saldo final.....	155.463	155.463	3.087.000	3.087.000

### c) Reservas de lucros

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
<b>Reservas de lucros.....</b>	<b>1.785.619</b>	<b>1.755.170</b>
- Legal (1).....	202.243	192.180
- Estatutária (2).....	1.583.376	1.562.990

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutária, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

#### d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Demonstrativo dos dividendos relativo aos semestres findos em 30 de junho, estão demonstrados a seguir:

	R\$ mil	
	2017	2016
<b>Lucro líquido do semestre.....</b>	<b>66.391</b>	<b>187.073</b>
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(3.320)	(9.354)
<b>Base de cálculo ajustada.....</b>	<b>63.071</b>	<b>177.719</b>
Dividendos.....	15.768	44.430
<b>Percentual em relação à base de cálculo ajustada...</b>	<b>25,0%</b>	<b>25,0%</b>
<b>Valor em Reais por ação.....</b>	<b>101,43</b>	<b>285,79</b>

### 17) DESPESAS DE PESSOAL

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Proventos.....	4.637	3.880
Benefícios.....	5.082	2.457
Encargos sociais.....	1.145	1.077
Participação dos empregados no lucro.....	196	206
Outras.....	-	370
<b>Total.....</b>	<b>11.060</b>	<b>7.990</b>

### 18) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Serviços técnicos especializados.....	2.017	8.650
Condomínios.....	679	985
Serviços de terceiros.....	431	613
Aluguéis.....	211	233
Sistema financeiro.....	134	218
Propaganda, publicidade e publicações.....	112	256
Depreciações e amortizações.....	97	95
Outros.....	297	242
<b>Total.....</b>	<b>3.978</b>	<b>11.272</b>

### 19) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Contribuição à COFINS.....	9.635	13.925
Contribuição ao PIS.....	1.566	2.263
Despesas com impostos - IPTU.....	1.164	2.759
Impostos e taxas.....	381	458
<b>Total.....</b>	<b>12.746</b>	<b>19.405</b>

### 20) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Atualização sobre depósitos vinculados.....	37.163	37.207
Atualização monetária sobre precatórios a receber.....	22.242	49.157
Juros sobre impostos a compensar.....	1.333	1.456
Recuperação de encargos e despesas.....	758	1.993
Reversão de provisão operacional.....	2.949	1.199
Outras.....	-	758
<b>Total.....</b>	<b>64.445</b>	<b>91.770</b>

### 21) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Varição monetária passiva (1).....	33.562	47.441
Provisões cíveis.....	834	248
Despesa com patrocínio.....	200	250
Outras contingências.....	178	-
Provisões trabalhistas.....	3	-
Outras (2).....	14.334	5.253
<b>Total.....</b>	<b>49.111</b>	<b>53.192</b>

(1) Refere-se aos juros SELIC sobre provisões fiscais; e

(2) Em 2017, inclui R\$ 12.712 mil referente a reversão de juros sobre precatórios a receber.

### 22) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Reversão de desvalorização de outros valores e bens.....	3.269	3.803
Resultado na baixa de valores e bens.....	168	4.208
Rendas de aluguéis.....	125	232
Outras (1).....	523	358
<b>Total.....</b>	<b>4.085</b>	<b>8.601</b>

(1) Em 2017, inclui R\$ 322 mil (2016 - R\$ 630 mil) referente a rendas sobre vendas de bens a prazo.

### 23) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador direto (Banco Bradesco Cartões S.A.), controlador indireto (Banco Bradesco S.A.), empresas controladas e coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	Controladores		Coligadas e Controladas	
	2017	2016	2017	2016
<b>Ativos</b>				
Aplicações no mercado aberto.....	247.473	382.644	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	2.721.269	364.767	-	-
Títulos e valores mobiliários.....	203.955	889.226	-	-
Dividendos a receber.....	-	-	59	18.186
<b>Passivos</b>				
Instrumentos financeiros derivativos.....	1.378	-	-	-
Dividendos a pagar.....	15.768	44.430	-	-

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil			
	Controladores		Coligadas e Controladas	
	2017	2016	2017	2016
<b>Resultado</b>				
Receitas de intermediação financeira.....	127.544	110.140	-	-
Despesas de intermediação financeira.....	(5.071)	(14.187)	-	-
Resultado com instrumentos financeiros derivativos.....	(1.515)	-	-	-

#### b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e

• A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização Bradesco.

Para 2017, foi determinado o valor máximo de R\$ 11.500 mil (2016 - R\$ 8.100 mil) para remuneração dos Administradores e de R\$ 11.800 mil (2016 - R\$ 4.600 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em 3 parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

#### Benefícios de curto prazo a administradores

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Proventos.....	3.780	2.835
<b>Total.....</b>	<b>3.780</b>	<b>2.835</b>

#### Benefícios pós-emprego

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Planos de previdência complementar de contribuição definida.....	4.673	1.985
<b>Total.....</b>	<b>4.673</b>	<b>1.985</b>

O BERJ não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

continua...



# Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco  
CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

### 24) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	111.724	320.226
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1).....	(50.276)	(144.101)
<b>Efeito no cálculo dos tributos:</b>		
Participações em coligadas e controladas.....	5.458	6.673
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(2.349)	(1.012)
Outros Valores (2).....	1.834	5.287
<b>Imposto de renda e contribuição social do semestre.....</b>	<b>(45.333)</b>	<b>(133.153)</b>

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social até agosto de 2015 e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15; e

(2) Inclui, basicamente, (i) a equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação à alíquota (45%) demonstrada; e (ii) as deduções incentivadas.

#### b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
<b>Impostos correntes:</b>		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(102.589)	(143.756)
<b>Impostos diferidos:</b>		
Constituição/realização no semestre sobre adições temporárias.....	57.256	10.603
<b>Imposto de renda e contribuição social do semestre.....</b>	<b>(45.333)</b>	<b>(133.153)</b>

#### c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldos em 31.12.2016	Constituição	Realização	Saldos em 30.6.2017
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	7.784	951	3.476	5.259
Provisões cíveis.....	43.764	375	675	43.464
Provisões fiscais.....	334.987	14.145	-	349.132
Provisões trabalhistas.....	678	2	28	652
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos.....	37.954	47.959	-	85.913
Provisão para desvalorização de bens não de uso.....	44.884	-	1.471	43.413
Outras provisões.....	47.034	81	606	46.509
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....</b>	<b>517.085</b>	<b>63.513</b>	<b>6.256</b>	<b>574.342</b>
Prejuízo fiscal e base negativa.....	17.030	-	-	17.030
<b>Subtotal (1).....</b>	<b>534.115</b>	<b>63.513</b>	<b>6.256</b>	<b>591.372</b>
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda.....	55.706	-	55.706	-
<b>Total dos créditos tributários (Nota 8).....</b>	<b>589.821</b>	<b>63.513</b>	<b>61.962</b>	<b>591.372</b>
<b>Obrigações fiscais diferidas (Nota 15a).....</b>	<b>120.078</b>	<b>15.724</b>	<b>2.214</b>	<b>133.588</b>
<b>Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas.....</b>	<b>469.743</b>	<b>47.789</b>	<b>59.748</b>	<b>457.784</b>

(1) No que diz respeito aos efeitos temporários produzidos pela adoção da Lei nº 13.169/15, que elevou a alíquota da contribuição social para 20%, os respectivos créditos tributários, são constituídos com base na expectativa de sua realização.

### d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 30 de junho de 2017 - R\$ mil				Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Prejuízo fiscal	Base negativa	
2017.....	26.944	20.164	15.972	1.059	64.139
2018.....	256.083	195.872	-	-	451.955
2019.....	33.650	25.554	-	-	59.204
2020.....	8.989	7.078	-	-	16.067
2021.....	4	3	-	-	7
<b>Total.....</b>	<b>325.670</b>	<b>248.671</b>	<b>15.972</b>	<b>1.059</b>	<b>591.372</b>

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários monta a R\$ 574.087 mil (2016 - R\$ 492.032 mil) sendo R\$ 557.190 mil (2016 - R\$ 456.640 mil) de diferenças temporárias e R\$ 16.897 mil (2016 - R\$ 35.392 mil) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Todos os créditos tributários do BERJ foram devidamente ativados.

#### e) Obrigações fiscais diferidas

A sociedade possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 133.588 mil (2016 - R\$ 104.286 mil) relativo a ganho de capital R\$ 18.100 mil (2016 - R\$ 18.894 mil), R\$ 859 mil (2016 - R\$ 2.632 mil) relativo a marcação de mercado e atualização monetária de depósitos judiciais de R\$ 114.629 mil (2016 - R\$ 82.760 mil).

### 25) OUTRAS INFORMAÇÕES

#### a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

O BERJ, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

#### b) Gerenciamento de capital

Em função de estar inserido no processo de gerenciamento de capital adotado pela Organização Bradesco que se utiliza de seus conglomerados financeiro e econômico financeiro do Bacen, o BERJ não dispõe de processo individual para adequação do Patrimônio de Referência.

#### c) Benefícios a empregados

O BERJ é patrocinador de um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo).

O PGBL é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

As contribuições dos funcionários do BERJ são equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e as contribuições do BERJ são de 5% do salário.

As obrigações atuariais do plano de contribuição definida (PGBL) estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente.

As despesas com contribuições efetuadas durante os semestres totalizaram R\$ 4.700 mil (2016 - R\$ 2.015 mil).

**d) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até o ano de 2015, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados pela Instituição foram:**

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

**e) Em julho de 2017, a Organização Bradesco lançou um Plano de Desligamento Voluntário Especial, o qual poderá aderir todos os funcionários que preencherem os requisitos estabelecidos no regulamento do respectivo plano.**

**f) Não houve outros eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2017.**

### A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – 1SP199295/O-5 S - RJ

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores do

**Banco Bradesco BERJ S.A.**  
Rio de Janeiro - RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco BERJ S.A. (Instituição), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco BERJ S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 24 de agosto de 2017



KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP028567/O-1 F SP

André Dala Pola  
Contador CRC 1SP214007/O-2

**Quer saber o que acontece no Brasil e no mundo?**

**monitordigital.com.br**

Escolha informações de verdade

**Monitor digital**

